

**DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA AGRICULTURA URBANA DE BASE COMUNITÁRIA:
RESILIÊNCIA E SUSTENTABILIDADE NA HORTA COMUNITÁRIA POVO UNIDO****CHALLENGES AND OPPORTUNITIES IN COMMUNITY-BASED URBAN AGRICULTURE:
RESILIENCE AND SUSTAINABILITY IN THE POVO UNIDO COMMUNITY GARDEN** <https://doi.org/10.63330/aurumpub.012-052>**Rita Regina Marques Costa**

Me.

Mestre em Extensão Rural

Universidade Federal do Vale do São Francisco/UNIVASF

Juazeiro, Bahia, Brazil.

E-mail: ritareginacosta7@gmail.com

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/1404204194815863>**Denes Dantas Vieira**

Dr.

Doutor em Ciências Sociais

Universidade Federal do Vale do São Francisco/UNIVASF

Juazeiro, Bahia, Brazil

E-mail: denes.vieira@univasf.edu.br

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/2197066093535835>**Vivianni M. Leite dos Santos**

Dra.

Doutorado em Química

Universidade Federal do Vale do São Francisco/UNIVASF

Juazeiro, Bahia, Brazil

E-mail: vivianni.santos@univasf.edu.br

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/3040638073236492>**Deise Cristiane do Nascimento**

Dra.

Doutorado em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental

Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina /FACAPE,

Petrolina, Bahia, Brazil

E-mail: deise.nascimento@prof.facape.br

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/7759984714056356>**RESUMO**

Este estudo qualitativo explorou os desafios e oportunidades enfrentados pela Horta Comunitária Povo Unido em Juazeiro/BA, uma iniciativa de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) com 38 anos de história, consolidada na produção orgânica e de base comunitária. A pesquisa, realizada com 47 famílias de agricultores entre março e maio de 2025, analisou como a autogestão e a organização social contribuem para a resiliência do grupo. Os resultados revelaram que a baixa escolaridade e a idade avançada dos participantes impactam a produção e a participação em feiras, somando-se a dificuldades logísticas e de transporte que incentivam a venda in loco e a dependência de intermediários. Identificou-se também uma



dualidade na identidade rural/urbana dos agricultores, a urgência por políticas públicas e maior divulgação. A concessão da aposentadoria rural emergiu como um forte atrativo e um pilar de sustentação para a comunidade. Conclui-se que, embora a horta promova a subsistência de muitas famílias, sua sustentabilidade plena exige uma integração mais efetiva entre saber local, conhecimento científico e apoio governamental, com políticas direcionadas que fomentem o acesso a mercados sustentáveis e a replicação dessas experiências.

Palavras-chave: Agricultura Urbana e Periurbana; Economia Solidária; Vulnerabilidade Urbana; Sustentabilidade socioeconômica.

ABSTRACT

This qualitative study explored the challenges and opportunities faced by the Povo Unido Community Garden in Juazeiro, Bahia, a 38-year-old Urban and Peri-Urban Agriculture (UPA) initiative, consolidated in organic and community-based production. The research, conducted with 47 farming families between March and May 2025, analyzed how self-management and social organization contribute to the group's resilience. The results revealed that low educational levels and advanced age of participants impact production and participation in markets, compounded by logistical and transportation difficulties that encourage on-site sales and dependence on intermediaries. A dual rural/urban identity among farmers was also identified, as well as the urgent need for public policies and greater awareness. The granting of rural retirement benefits emerged as a strong attraction and a pillar of support for the community. It is concluded that, although the garden promotes the subsistence of many families, its full sustainability requires a more effective integration between local knowledge, scientific knowledge and government support, with targeted policies that promote access to sustainable markets and the replication of these experiences.

Keywords: Urban and Peri-urban Agriculture; Solidarity Economy; Urban Vulnerability; Socioeconomic Sustainability.



1 INTRODUÇÃO

As crescentes crises socioeconômicas e ambientais que se manifestam nas áreas urbanas impõem um desafio crítico para a garantia de direitos fundamentais, como acesso a saúde, moradia, saneamento básico, meio ambiente e segurança alimentar. Segundo Maciel, Lima e Pinheiro (2025) esse cenário de vulnerabilidade urbana, marcado pela ausência de condições dignas de trabalho e renda, evidencia as limitações dos modelos econômicos convencionais em promover a inclusão produtiva e a sustentabilidade social.

O grau de urbanização tem sido cada vez mais crescente no Brasil, conforme dados do IBGE (2024) referente ao Censo Demográfico 2022. De forma complementar, Araujo et al. (2023) afirma que segundo a projeção da ONU (2022) é de que 68% da população mundial residirá em áreas urbanas até 2050, ressaltando a urgência em adotar estratégias que assegurem a soberania alimentar, preservação ambiental, trabalho e renda. Considerando essas projeções, as cidades têm enfrentado dificuldades para atender as demandas da população de trabalho e geração de renda, impactando a garantia de direitos sociais fundamentais. Esse cenário de vulnerabilidade urbana demonstra a incapacidade dos sistemas econômicos de promoverem a inclusão produtiva e a sustentabilidade tornando as pessoas economicamente ativas.

A prática de atividades agrícolas nos centros urbanos e seus arredores, emerge como alternativa para minimizar as situações de vulnerabilidade. A experiência rural, ao ser aplicada nos centros urbanos e periferia, demonstra que o espaço rural não é o único responsável pela produção agrícola. Assim, a Agricultura Urbana e Periurbana (AUP), tem se destacado como uma estratégia resiliente e multifacetada, capaz de mitigar essas vulnerabilidades e fomentar o desenvolvimento local, alinhada ao movimento global em direção a sistemas alimentares sustentáveis para construir comunidades urbanas resilientes (Maciel, Lima e Pinheiro, 2025).

A resiliência é compreendida como a capacidade de um sistema absorver e reorganiza-se após uma crise, mantendo sua função essencial e identidade. No contexto da agricultura urbana, não se restringe apenas a superação de dificuldades, mas também à capacidade de adaptação e inovação diante de um ambiente urbano em constante transformação. A longevidade da Horta Comunitária Povo Unido, com mais de 38 anos de atuação, atesta tal resiliência e habilidade de enfrentar desafios ao longo do tempo. Este estudo buscou, portanto, explorar como a autogestão, a organização social e a resiliência estão interligadas, permitindo a sobrevivência e o reconhecimento da horta, como agricultura urbana de base comunitária de sucesso.

Segundo Ferrão (2021), as experiências de AUP em diversos países comprovam a sua multifuncionalidade, todavia, reconhece as limitações, em especial, o desconhecimento institucional e conforme seu estudo, esse tema tem sido pouco explorado no Brasil devido à complexidade dessas experiências. Apesar disso, no entanto, a existência de hortas e quintais em diferentes contextos e tamanhos



de cidades, potencializaram a retomada das discussões sobre essa possibilidade produtiva e os desafios enfrentados pela AUP.

Diante deste cenário, este estudo se propôs a contribuir a preencher essa lacuna, analisando a experiência da Horta Comunitária Povo Unido, em Juazeiro/BA. Sua trajetória tem sido fundamental para a segurança alimentar de 70 agricultores familiares e para o fortalecimento da autonomia econômica e social dos seus 120 associados. Assim, o problema de pesquisa é: Quais são os principais desafios e oportunidades da agricultura urbana, e de que forma a autogestão e a organização social contribuem para a resiliência dos agricultores familiares na Horta Comunitária Povo Unido?

O objetivo central desta pesquisa foi identificar, na perspectiva dos próprios agricultores, os principais desafios, limitações e oportunidades para a manutenção de práticas ecológicas na AUP, buscando dialogar com novas perspectivas para o enfrentamento desses obstáculos. Para responder a essa questão, foram definidos como objetivos específicos: descrever na visão dos agricultores, as principais dificuldades relacionadas à produção e a comercialização; identificar como a agricultura urbana promove oportunidades na geração de trabalho e renda; compreender como a autogestão e a organização social contribuem para a resiliência da comunidade.

O estudo justifica-se ao focar na realidade da Horta comunitária, uma referência em agricultura urbana de base comunitária, contribuindo no debate acadêmico, mas oferecer subsídios práticos para a formulação de políticas públicas mais eficazes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A aplicação de práticas agrícolas em centros urbanos e suas periferias redefine a percepção de que a produção de alimentos é um domínio exclusivo do meio rural. A AUP, reconhecida globalmente como uma estratégia de desenvolvimento urbano, ganhou notoriedade como componente essencial para a resiliência de cidades.

As hortas comunitárias, como manifestação da AUP, se destacam como espaços de organização social e de fomento à econômica solidária (Maciel, 2025). Assim, embora atuem em centros urbanos, são formalizadas como atividade rural. Essas iniciativas fortalecem os laços de confiança e cooperação, promovendo a apropriação coletiva e a manutenção de espaços públicos, conforme pontuado por (Mello e Araujo, 2019). O impacto dessas iniciativas vai além da produção de alimentos, contribuindo para a redução da vulnerabilidade socioeconômica e para a promoção de um modelo de produção sustentável.

Ademais, as hortas comunitárias urbanas e periurbanas, exercem um papel crucial na requalificação de espaços, no fortalecimento da cultura local e na intervenção social. Sua influência se estende a questões como a igualdade de gênero, o exercício da cidadania, a preservação ambiental e expressão política das comunidades (Biazoti e Sorretino, 2022). No entanto, apesar do seu potencial, a agricultura familiar em



suas manifestações comunitárias, enfrenta desafios significativos para manter a sustentabilidade, como a dificuldade em garantir uma produção ecológica, a falta de apoio estrutural e a concorrência desigual com a produção convencional na cadeia de distribuição.

Nesse sentido, Biazoti e Sorrentino, (2022, p.2) sustentam que: “uma horta comunitária no interior de um bairro pode possibilitar um espaço de convivência e interação social que transcende a garantia de segurança alimentar e nutricional da região”. Portanto, por meio da prática da AUP, obtêm-se benefícios pela possibilidade de readquirir o contato com tradições familiares, com a natureza, e de construir ligações afetivas entre os envolvidos.

Dessa maneira, as associações rurais ao amparar a agricultura familiar, no contexto das hortas comunitárias, emergem como um contraponto ao modelo capitalista de produção, oferecendo uma alternativa sustentável, democrática e humana, que valoriza as relações saudáveis e de respeito ao meio ambiente. Por ser uma produção sustentável, essa prática se torna um diferencial no mercado consumidor e uma possibilidade para os agricultores familiares se inserirem no mercado de orgânicos e agroecológicos.

Para isso, a ação associativista estabelece-se em relação de confiança e troca mútua com outros grupos, formando redes de cooperação. Segundo Faria (2017) a economia solidária, baseada na cooperação e da autogestão, é uma forma de organização que se contrapõem ao sistema econômico dominante, que segundo Singer (2002) a partir de um projeto coletivo busca alcançar condições de sustentabilidade e inclusão social para grupos e comunidades que se encontram em vulnerabilidade. Apesar da importância do tema e do crescente número de projetos e relatos sobre a prática da AUP, Schneider e Xavies (2006) alertam que os dados qualitativos sobre a temática ainda são escassos no Brasil, dificultando a formulação e implementação de políticas públicas.

Os autores baseiam-se nas pesquisas que relatam experiências no Brasil e no mundo, descritos por: Marulanda e Izquierdo (1998), Sanchotene (2000), Barrs (2002), Briceño (2002), Kortright (2002). Contudo nas duas últimas décadas percebe-se um esforço em pesquisas com essa temática, dessa forma, as experiências em hortas comunitárias tornam-se relevantes por possibilitar informações necessárias na elaboração de políticas públicas voltadas para a gestão do espaço urbano, quando implementadas nas regiões periféricas dos grandes centros urbanos e com o devido suporte, possibilita reduzir a população em situação de vulnerabilidade social.

Um outro aspecto a considerar é que a AUP vem despertando o interesse por pesquisas devido ao seu vínculo com inúmeras questões pertinentes à temática e a complexidade devido as particularidades de cada território.



3 METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa por meio de um estudo de campo, com o método de coleta de dados focado na entrevista semiaberta. Lüdke e André (2013) consideram a entrevista um instrumento eficiente nesse modelo de pesquisa, uma vez que permite a captação da informação desejada sobre os mais variados tópicos, com aplicação de questionário semiestruturado para compreender a percepção dos participantes sobre a temática abordada.

A Horta Comunitária Povo Unido em Juazeiro (BA), foi selecionada como *lócus* da pesquisa, por ser uma organização social formalizada como associação rural, com participação de 70 famílias de agricultores familiares com produção orgânica. As visitas ocorreram entre março e maio de 2025. A amostragem dos participantes para o estudo foi do tipo não probabilística e intencional por aceitabilidade. Conforme Gil (2010), essa técnica consiste em selecionar intencionalmente um subgrupo da população com base em características específicas, o que permite que ele seja representativo, mas sem a aleatoriedade de uma amostragem probabilística. Os dados foram obtidos a partir da aceitação de participação de 47 famílias em suas unidades produtivas.

As respostas foram registradas em diário de campo permitindo análises descritiva qualitativa. A análise dos resultados se deu, pois, na perspectiva da pesquisa interpretativa que, segundo Minayo (2010), procura compreender o fenômeno através dos significados que as pessoas atribuem a ele, tendo como foco a complexidade do processo humano de dar sentido às coisas, na medida em que as situações acontecem.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Horta Comunitária Povo Unido, consolidou-se na região como um notável exemplo de agricultura urbana de base comunitária, na produção orgânica. A ação coletiva e a autogestão, formalizadas com a associação, emergem como pilares fundamentais para a sua resiliência. Essa organização social tem sido crucial para o enfrentamento da vulnerabilidade econômica e social do grupo, demonstrando na prática os princípios da Economia Solidária e do cooperativismo, conforme discutido por Singer (2002) e Faria (2017). É essa estrutura que permite aos agricultores criarem oportunidades e fortalecer o grupo diante dos desafios.

A análise dos dados revelou que a maioria dos participantes da pesquisa possui baixa escolaridade e está na faixa etária de idosos, um fator que reflete diretamente nas limitações e desafios percebidos. Observou-se uma correlação direta entre a idade avançada e a diminuição da área de cultivo, o que se associa a dificuldades de mobilidade. Apenas 10% das unidades produtivas, dispõem de sistema de irrigação por gotejamento, enquanto a maioria ainda depende de métodos manuais, o que impacta no tempo dispendido à produção, principalmente para a irrigação.

O acesso limitado a novos conhecimentos e a baixa integração em espaços político-organizativos



foram identificados como fatores limitantes, possivelmente devido à baixa escolaridade. A ausência de participação ativa no movimento agroecológico da região se manifesta, em parte, pela autoidentificação dos agricultores como “produtores orgânicos”. O que, por vezes, os afasta do debate mais amplo da agroecologia.

A disponibilidade reduzida de tempo, a dificuldade de logística e alto custos do transporte foram identificadas como os principais entraves para a participação em feiras de orgânico em Juazeiro/BA e Petrolina/PE. Em resposta a esse obstáculo, 50% das famílias optam pela venda *in loco*, combinada com a venda indireta por meio de terceiros, o que na pesquisa foi denominado “Atravessador” para o mediador externo, ou por um “intermediário” para o interno. O termo “atravessador”, remete ao termo utilizado pelas famílias para definir a pessoa externa a horta que irá intermediar a distribuição dos produtos para os mercados acessados, tais como Supermercados, Ceasa, Hortifruti, entre outros. Enquanto o “Intermediário”, é o agricultor que também atua na horta, mas que organiza a comercialização dos produtos, garantindo a venda da sua produção, as vezes para um atravessador ou diretamente aos pontos de vendas. Essa estratégia, embora assegure o escoamento da produção, reduz a autonomia dos agricultores e aumenta a dependência de terceiros.

A pesquisa também revelou uma interessante dualidade na percepção de identidade dos participantes, algo que dialoga diretamente com a apropriação do espaço e laços efetivos com o rural. A maioria se considera genuinamente agricultores enquanto uma minoria, com trajetória predominantemente urbana, expressa uma dificuldade em se sentir parte do “espaço rural”. Dois entrevistados chegaram a afirmar que “apenas trabalham com a agricultura”, indicando uma desconexão entre a atividade (agricultura) e a identidade (ser agricultor), diferentemente dos demais que se sentem plenamente envolvidos. Essa desconexão é um ponto crítico que o estudo identifica e ilustra a complexidade dessa identidade na AUP, essa fala contrasta com a visão de que a agricultura urbana pode reconstruir laços com a natureza, com as tradições familiares e com a comunidade. Essa dissonância sugere, que para alguns, a prática agrícola é vista unicamente como um meio de sobrevivência, e não como uma parte intrínseca de seu ser, o que merece mais exploração.

As perspectivas de superação, na visão dos entrevistados, centram-se em duas possibilidades principais: o acesso a políticas públicas direcionadas a agricultura familiar, no acesso aos mercados institucionais, algo que a horta nunca teve acesso até o momento da pesquisa, e o aumento da divulgação da Horta Comunitária Povo Unido em redes sociais e institucionais. A falta de acesso a políticas de fomento e estratégias de distribuição mais robusta foi citada como um dos principais entraves, justificado por uma percebida falta de união e conflitos de interesse, visto que o acesso a mercados institucionais exige organização e uma gestão administrativa eficazes.

Apesar dos desafios, os agricultores reafirmam que a horta é a principal fonte de sustento de suas



famílias. A afirmação de que “sem a horta não teriam oportunidade de manter a sustentabilidade de sua família” (informação verbal), levanta um questionamento crítico sobre a efetividade do conceito de sustentabilidade na perspectiva dessas famílias. O fato de que 69% das famílias recebem até um salário-mínimo sugere que a atividade, para a maioria, configura-se mais como meio de subsistência do que de sustentabilidade econômica plena.

Este achado, ressalta a urgência de intervenções externas, principalmente por parte do governo. A sustentabilidade plena, como definida academicamente, vai além da subsistência e envolve a capacidade de manter-se e evoluir ao longo do tempo gerando benefícios econômicos, sociais, ambientais de forma autônoma. A pesquisa ao contrastar a percepção dos agricultores com essa definição, demonstra que, embora a horta promova a subsistência de muitas famílias, a sustentabilidade plena demanda uma integração mais efetiva entre o saber local, o conhecimento científico e apoio governamental. A falta de acesso a políticas públicas é um dos principais entraves, o que limita o potencial de transformação da horta de uma fonte de subsistência para um projeto de sustentabilidade robusto e replicável.

A concessão da aposentadoria rural é um dos principais atrativos para a participação na horta, funcionando como um pilar de sustentação para a comunidade, sendo necessária a comprovação do exercício da atividade por, no mínimo, 15 anos (180 meses) sem a exigência de contribuição mensal a previdência social, uma oportunidade ao contrário do que ocorre no setor urbano. Com efeito, beneficiou desde a sua constituição, aproximadamente 50 (cinquenta) agricultores na concessão do benefício da aposentadoria, conforme sócia fundadora e primeira presidenta da Associação (Informação verbal, 2025).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo reitera que a agricultura urbana representa uma estratégia viável e resiliente, que promove o pertencimento e a adoção de práticas sustentáveis, mas que demanda atenção e apoio institucional. A notável longevidade da Horta Comunitária Povo Unido serve como evidência de que a autogestão e a organização social são pilares fundamentais para a resiliência de iniciativas de base comunitária, permitindo que superem desafios e garantam a subsistência de muitas famílias.

No entanto, a análise dos desafios enfrentados pelos agricultores evidencia a necessidade de uma interação mais efetiva entre o saber local, o conhecimento científico e o apoio político. A pesquisa demonstra que, embora a horta promova a subsistência, a sustentabilidade plena exige a criação e acesso à políticas públicas direcionadas que atendam ao perfil específico da região, promovendo o acesso a mercados sustentáveis e reduzindo a dependência de intermediários.

Em última análise, o sucesso e a replicabilidade de experiências como a da Horta Comunitária Povo Unido dependem de uma abordagem integrada que reconheça e potencialize a capacidade de resiliência dos



agricultores, transformando a subsistência em verdadeira sustentabilidade por meio da valorização da agricultura urbana como um pilar de desenvolvimento econômico, social e ambiental.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, M. L. de et al. Dinâmicas de abastecimento nos sistemas alimentares em Belo Horizonte. *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia*, n. 59, 2023.
- BIAZOTI, A. R.; SORRENTINO, M. Engajamento político na agricultura urbana: potência de agir nas hortas comunitárias de São Paulo. *Ambiente & Sociedade*, v. 25, p. e0056, 2022.
- FARIA, J. H. Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual. *Cadernos Ebape. Br*, v. 15, n. 3, p. 629-650. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/4XBjkcZTNxTqRh7ZW8BxMgz/?format=html&lang=pt>. Acesso em 18 set.2024.
- FERRÃO, F. R. Agricultura Periurbana no Distrito Federal frente aos aspectos agroecológicos. 2020. no 77/maio de 2021. ISSN 2446-7502.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: população e domicílios: primeiros resultados. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102011>. Acesso em: 05 maio 2025.
- LUCK, M.; ANDRE, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2007.
- MACIEL, M. N. O.et al. Agricultura urbana, segurança alimentar e os objetivos de desenvolvimento sustentável em três municípios da região metropolitana de Belém. 2025. Disponível em: <https://agris.fao.org/search/en/providers/124875/records/67bc99eee27dfa1251894dfb>. Acesso em: 21 jul.2025.
- MELLO, C. S.; ARAUJO, E. C. ANAP.Agricultura urbana—um olhar sobre a “representação do espaço” e o “espaço de representação”. *Periódico técnico científico Cidades Verde*. V07.n.14, 2019.
- MINAYO, M. C. S. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Ed. Petropolis: Vozes,2010.
- SCHNEIDER, S.; XAVIES, L. (Coord.) Pluriatividade e pluriemprendimentos nos estabelecimentos agropecuários do Brasil e das regiões Sul e Nordeste: uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006. Brasília: IPEA, 2013. 77p. (Relatório de Pesquisa).
- SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.